

O primeiro passo para garantir o direito de saber o que comemos

» CARLOTA AQUINO

Diretora Executiva do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec)

» JANINE COUTINHO

Coordenadora do Programa de Alimentação Saudável e Sustentável do Idec

A partir de outubro deste ano, alimentos e bebidas industrializados passarão a apresentar um rótulo em formato de lupa na parte da frente da embalagem para indicar quando houver excesso de açúcar adicionado, sódio ou gordura saturada. A mudança faz parte da nova norma brasileira de rotulagem nutricional de alimentos embalados, aprovada pela Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) em outubro de 2020.

A medida é apenas o primeiro passo para garantir o direito à informação clara e adequada sobre os alimentos e representa um esforço de organizações da sociedade civil, agentes governamentais e grupos de pesquisa em defender os interesses da saúde pública. A nova rotulagem afetará principalmente os produtos ultraprocessados, pois são os que apresentam maiores quantidades de nutrientes prejudiciais à saúde. É justamente para proteger a saúde da população que a implementação dos novos rótulos é tão importante e urgente.

Já é consenso na comunidade científica que o consumo de ultraprocessados é um dos principais responsáveis pelo aumento da obesidade e de DCNT (doenças crônicas não transmissíveis), como diabetes, diversos tipos de câncer, doenças

cardiovasculares e até depressão. Com informações mais claras e compreensíveis, as pessoas poderão tomar decisões de compra considerando o impacto de determinado alimento para a saúde. Além disso, na nova norma, outros aspectos do rótulo terão modificações que facilitarão o entendimento da informação.

A tabela de informação nutricional passará a ter apenas letras pretas e fundo branco para contrastar das demais cores da embalagem. Também passará a ser obrigatória a identificação de açúcares totais e adicionados e a declaração do valor energético e nutricional por 100g ou 100ml do produto, para ajudar na comparação de produtos e evitar que o consumidor seja induzido a erro ou confusão.

A rotulagem nutricional frontal já foi adotada em cinco países da América Latina. No Chile, que desde 2016 utiliza octógonos pretos para identificar nutrientes críticos, pesquisas apontam para impactos positivos nos hábitos de consumo e na reformulação de produtos por parte das indústrias. Estudo publicado no *International Journal of Behavioral Nutrition and Physical Activity* mostra que, no país, mães reconhecem que os selos são úteis para fazer escolhas mais saudáveis e usam os rótulos para desmascarar os produtos

que se vendem como saudáveis e não o são.

De acordo com a Opas (Organização Pan-Americana da Saúde), organização internacional de saúde pública mais antiga do mundo, a rotulagem nutricional frontal é uma das principais ferramentas para regular os produtos ultraprocessados, estimular escolhas alimentares mais saudáveis e contribuir para o enfrentamento da epidemia de DCNT. No Brasil, segundo dados da PNS (Pesquisa Nacional de Saúde), mais da metade da população (52%) com 18 anos ou mais recebeu diagnóstico de pelo menos uma DCNT em 2019. Além disso, com a pandemia da covid-19, torna-se fundamental defender uma alimentação saudável e evitar o aumento de fatores que potencializam os efeitos da doença.

Esses dados estão relacionados a mudanças no padrão alimentar da população, influenciados diretamente pela publicidade e pela falta de informação adequada. Portanto, combater esse quadro nunca foi tão urgente. E as indústrias precisam iniciar a adequação dos rótulos de seus produtos o quanto antes. Aliada a outras políticas públicas, a rotulagem nutricional representa um benefício para toda a sociedade ao promover mais saúde, bem-estar e garantir a segurança alimentar e nutricional.

ESG made in Brazil: a química do país rico, verde e saudável

» ANDRÉ PASSOS CORDEIRO
Diretor de Relações Institucionais da Abiquim

Este é o Brasil da década de 2050: quarta maior indústria química global, líder mundial em química de renováveis e biocombustíveis, gerador de soluções sustentáveis para todas as cadeias de produção. Nossa economia é circular — o que significa que resíduos se tornaram insumos —, nossas emissões de gases de efeito estufa estão zeradas e somos capazes de gerar energia limpa em abundância. Somos finalmente um país sem fome, com um sistema de saúde eficiente e acessível, com água limpa abundante e florestas preservadas. Temos uma infraestrutura de educação, ciência e tecnologia pujante e nos tornamos um país rico. De geradores de 2% da riqueza mundial passamos para 15%. Mas como chegamos aqui? Sabemos que, no início dos anos 1920, veio a pandemia da covid-19, que causou rupturas temporárias nas cadeias de suprimento global e impactou de forma diferente setores diferentes da economia. Em seguida, a invasão russa na Ucrânia afetou o comércio global de gás e fertilizantes e fez governos repensarem suas estratégias de nação.

Felizmente, os governos brasileiros na década de 1920 agiram rápido. Em primeiro lugar, foram capazes de compreender a necessidade estratégica de uma nação crescer baseada em uma indústria forte. Fez-se a reforma tributária seguida de um processo de abertura econômica que reduziu gradativamente alíquotas de importação, ao mesmo tempo em que criava condições de competitividade em questões estruturais: logística, energia e matéria-prima. Combateu as práticas desleais que o país sofria, como o dumping, que chegou a níveis inéditos naquela década, encaixando o país no trilho das melhores práticas da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). É preciso lembrar que, naquela época, o custo de energia, matéria-prima e tributos no Brasil era significativamente maior do que nos Estados Unidos, na Alemanha, na China e outros competidores.

Cabe reforçar que uma indústria forte requer na base um sistema educacional impecável, da pré-escola à pós-graduação. Com condições de competitividade, a indústria química passou a atender em maior volume a demanda interna por insumos de todos os segmentos industriais. Houve um crescimento na geração de empregos qualificados, e os níveis de ociosidade da fábrica caíram de 30% em média para 5%. Os reflexos foram percebidos no PIB, que voltou a crescer — e a níveis satisfatórios.

Paralelamente à criação de competitividade, governo, iniciativa privada e sociedade civil, embasados pela ciência, compreenderam a necessidade de — assim como os principais países do hemisfério norte — criar condições para a disseminação de tecnologias mais sustentáveis, desenvolvidas no Brasil ou no exterior. Isso foi feito tanto na forma da indução de investimentos, quanto na criação de arcabouços legais modernos e eficientes para a regulação de substâncias químicas e para o mercado de carbono.

Na década de 1920, a indústria química instalada no Brasil já possuía excelentes vantagens na questão da sustentabilidade, como uma matriz energética limpa e a tecnologia de bioplásticos e biocombustíveis. Já operávamos biorrefinarias, começávamos a produzir hidrogênio verde e havia muita pesquisa na área de captura, estocagem e uso de carbono. Já conseguíamos reciclar quimicamente alguns plásticos, sobretudo aqueles de uso descartável com estações descentralizadas de pirólise, e iniciávamos a caminhada para a economia circular. As condições criadas para facilitar o investimento nas tecnologias que a sociedade demandava rapidamente surtiram efeito. Produtos brasileiros deixaram de ser barrados nos exigentes mercados importadores com benefícios refletidos em setores como o agronegócio, o têxtil e tantos outros exportadores.

A vida, tanto em nossas cidades quanto no campo, ficou mais limpa, rica e saudável. Criamos uma rede descentralizada de reciclagem mecânica e química, baseada na ciência, apropriada para os diferentes perfis de resíduos gerados em cada região, que gera riqueza desde a coleta ao retorno do insumo à cadeia produtiva. Desenvolvemos tecnologia para fazer isso com plástico, o lixo eletrônico, restos orgânicos e de alimentos, tudo. Apreendemos a capturar todo o CO₂ emitido tanto por fontes estacionárias quanto móveis, quanto aquele disperso na atmosfera. Fizemos o ESG made in Brazil.

Olhando para trás, não foi difícil. A resposta dada pela ciência e a indústria química aos desafios impostos pela pandemia e a guerra já mostrava o avançado estágio em que estávamos em 2022. Foi preciso, porém, muita vontade política de todos os atores envolvidos, para perceber que futuro do Brasil rico, verde e saudável exigiria um planejamento de Estado para o desenvolvimento industrial estrategicamente orientado, que deixasse de lado o velho costume brasileiro de empurrar problemas com a barriga sob o calendário dos mandatos presidenciais e legislativos: organizado em missões por temas, institucionalizado sob uma coordenação clara e forte e impulsionador de setores industriais presentes na base de qualquer paradigma tecnológico, essenciais para a segurança na cadeia de suprimentos local e viabilizadores do novo padrão produtivo. Quando essa ideia foi para o centro da agenda política, tudo ficou fácil.



G O M E Z

Um grande humanista

» ARNALDO NISKIER

Membro da Academia Brasileira de Letras

"O país perdeu uma referência não apenas na área econômica, mas um humanista de primeira grandeza, de uma estatura intelectual admirável" — disse o presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, José Roberto Tadros, a propósito do falecimento do ex-ministro Ernane Galvêas.

Contemporâneo de Antônio Delfim Neto no governo e ex-presidente da Aracruz Celulose, Galvêas teve uma formação eclética, em ciências contábeis, economia e direito, tendo concluído o mestrado em economia pela Universidade de Yale, o que foi muito útil para os vários cargos exercidos, sempre com muita competência, no governo federal.

Os amigos de Ernane Galvêas — e eram muitos — torciam para que ele chegasse ao próximo mês de outubro em boas condições de saúde para comemorar devidamente os seus primeiros 100 anos de vida. Mas o destino não permitiu que isso

acontecesse. Um câncer de laringe interrompeu a vida de um dos maiores economistas que Brasil conheceu, em todos os tempos.

Nos últimos anos, Galvêas dirigia o Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. Todas as terças-feiras, pontualmente, comandava as sessões em que pontificavam alguns dos grandes nomes da nossa economia, a partir de José Roberto Tadros, presidente da CNC, a quem Galvêas prestava uma impecável assessoria, com os seus preciosos e oportunos relatórios. Fará muita falta.

Embora economista, com vitoriosas passagens na Presidência do Banco Central (1968-1974 e 1979-1980) e ministro da Fazenda de janeiro de 1980 a março de 1985, o capixaba Ernane Galvêas tinha um grande apreço por educação, a que se referia de modo constante. Foi decisivo na criação da Escola Sesc de Ensino Médio, na Barra da Tijuca, que se tornou um símbolo nacional. Viajamos pelo Brasil e pelo exterior

para recolher experiências, por sua inspiração, para montar o histórico projeto.

Além das atividades de economista, Galvêas foi professor dedicado. Lembro dos seus tempos gloriosos de professor da Faculdade de Economia e Finanças do antigo estado da Guanabara. Era de uma dedicação inextinguível, como demonstrou também nas inúmeras conferências realizadas.

Nos últimos anos, dedicou-se à consultoria na Confederação Nacional do Comércio, que reconheceu em nota pública os seus inegáveis méritos: "Uma referência não apenas na área econômica, mas um humanista de primeira grandeza, de uma admirável estatura intelectual".

A coroa mais bonita, no seu enterro, foi a enviada pela Fundação Getúlio Vargas: "Homenagem a um grande brasileiro" — Galvêas deixa um vazio difícil de preencher. Lia quatro jornais por dia e recortava o que havia de importante para municiar a CNC. Onde encontrar outro igual?